

HABEAS CORPUS Nº 514.275 - ES (2019/0162857-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : AFONSO GOMES MAIA E OUTROS
ADVOGADOS : LUANA GASPARINI - ES013970
AFONSO GOMES MAIA - ES025941
ELIZEU ANTONIO GASPARINI FILHO - ES029208
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : ALTAIR FRANCO DE MORAES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALTAIR FRANCO DE MORAES no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (HC n. 0011060-10.2019.8.08.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso temporariamente (e-STJ fls. 52/61), pela suposta prática do delito de organização criminosa (e-STJ fl. 32).

Formulado pedido de prorrogação da prisão, este foi acolhido pelo Juízo de piso (e-STJ fls. 84/85).

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada em acórdão a seguir ementado (e-STJ fl. 87):

HABEAS CORPUS. INOCÊNCIA. ANÁLISE DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. TENTATIVA DE INFLUENCIA TESTEMUNHA. CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ORDEM DENEGADA. 1. A análise de teses de inocência é incabível em sede de habeas corpus, uma vez que demanda profunda análise do contexto fático-probatório da ação penal originária que é incompatível com a cognição sumária própria do remédio constitucional. 2. A Informação de que o paciente estaria tentando Influenciar testemunhas é suficiente para demonstrar o interesse da instrução criminal na manutenção da segregação. 3. Ordem denegada.

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa aponta constrangimento ilegal decorrente da prisão temporária imposta ao paciente.

Sustenta que o paciente e "Alexander Pedruzi Robles tiveram tal conversa na data de 23/02/2018, e o PIC instaurado pelo Ministério Público para

averiguar tais irregularidades só foi iniciado em junho do referido ano. Como Altair e Alexander iriam queimar 'provas' do que quer que seja, se não havia nenhum procedimento investigatório ou processo sobre tais fatos na data da conversa entre os dois? Afinal, para que algo se caracterize como 'destruição de prova', é preciso, antes de mais nada, que haja uma investigação ou ação judicial sobre determinados fatos, o que, como já mencionado alhures, não havia na data da conversa entre os dois investigados" (e-STJ fl. 6).

Assevera que, "analisando detidamente o depoimento da testemunha Ketyla nota-se que são baseadas em ilações, nunca chegou a presenciar nenhum fato sequer. Não quer dizer que tal alegação não deve ser verificada, porém JAMAIS poderia servir de base para uma prisão cautelar, tanto por tratar-se de supostos fatos ocorridos em 2017, tanto por depender de investigações mais contundentes" (e-STJ fl. 11).

Dessa forma, requer, inclusive liminarmente, o deferimento da medida para que o paciente aguarde em liberdade o desenrolar da investigação. Alternativamente, requer seja a custódia substituída por prisão domiciliar (e-STJ fls. 17/18).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, porquanto o paciente e outro investigado estariam *"procurando' as testemunhas que irão depor junto ao Ministério Público e as orientando sobre o que devem falar, em extremo embaraço à colheita de provas investigativas, fato este suficiente para fundamentar a decretação da prisão preventiva para que a atividade do Ministério Público seja realizada sem interferência dos investigados"* (e-STJ fl. 55).

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos

autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser noticiada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator